



Relatório Narrativo: Lançamento da “Pesquisa sobre o Bullying no Ambiente Educacional Brasileiro (2024)”

Este relatório narrativo tem por objetivo registrar o evento realizado no dia 16 de abril de 2025, no período da manhã, nas dependências do Conselho Nacional de Educação, em Brasília. Promovido pela Aliança Nacional LGBTI+ em parceria com o Instituto Unibanco, o encontro reuniu especialistas, pesquisadores, representantes governamentais, integrantes do movimento social e demais atores comprometidos com a construção de uma educação mais inclusiva, segura e livre de violências.

A programação foi organizada em duas mesas temáticas. A primeira, intitulada Apresentação da Pesquisa sobre o Bullying no Ambiente Educacional Brasileiro (2024), trouxe à tona dados inéditos sobre a prevalência, os impactos e os marcadores sociais associados ao bullying nas instituições de ensino do país. A segunda mesa, Políticas Públicas para o Enfrentamento do Bullying nas Instituições de Ensino Brasileiro, teve como foco o debate sobre caminhos possíveis para a formulação e implementação de políticas públicas eficazes, intersetoriais e baseadas em evidências, com vistas à garantia de direitos e à promoção de ambientes escolares seguros e acolhedores.

Além do registro das duas mesas, este documento contempla também uma seção de comentários, reunindo as contribuições analíticas e propositivas compartilhadas pelas pessoas que estavam participando na condição de ouvintes, seja representando uma organização governamental ou não governamental, e encerra-se com as considerações finais e os agradecimentos às instituições parceiras e a todas as pessoas que contribuíram para a realização e o sucesso do evento.

Mesa 1: Apresentação da Pesquisa sobre o Bullying no Ambiente Educacional

A primeira mesa, realizada das 9h às 10h30, foi aberta com uma saudação institucional de Christy Ganzert Gomes Pato, Secretário Executivo do Conselho Nacional de Educação (CNE). Em sua fala, ele destacou a relevância do tema para a formulação de políticas públicas educacionais, afirmando:

“[...] o debate que é trazido por vocês, pela Aliança Nacional LGBTI+, ele é fundamental para permear todas as políticas que nós regulamentamos e normatizamos neste Conselho. [...] hoje nós temos mais de 30 comissões instauradas neste Conselho, com os mais variados temas, que vão desde normatizações muito específicas do ensino superior a normatizações afeitas ao dia-a-dia da escola, do chão bruto, do fazer da educação. Mas, em todas essas instâncias, é claro que o debate que vai ser travado aqui nesta manhã é um pilar fundamental no aprimoramento do nosso sistema de educação brasileiro” (Christy Ganzert Gomes Pato).

Na sequência, a coordenadora da mesa, Victória Jaeger – economista, mestre em Políticas Públicas pelo Insper e integrante da Coordenação de Pesquisa e Avaliação do Instituto Unibanco – introduziu a pesquisa, fruto da parceria entre a Aliança Nacional LGBTI+, o Instituto Unibanco e a Plano CDE. Ela explicou que o estudo teve como principal objetivo compreender as experiências de estudantes, com ênfase na população LGBTI+, diante de situações de bullying, violência e discriminação nas instituições de ensino. Para isso, foi aplicado um questionário online entre agosto de 2024 e janeiro de 2025, que contou com 1.349 respondentes, dos quais 1.170 se identificaram como parte da comunidade LGBTI+.

Foto 1: Abertura da Mesa 1 por Christy Ganzert.



Toni Reis, diretor-presidente da Aliança Nacional LGBTI+, iniciou sua apresentação com um relato pessoal emocionante:

“Esse é um dos momentos mais bonitos da minha vida, estar no Conselho Nacional de Educação. Eu lutei muito para isso. Eu fui um menino que sofreu muito bullying. E hoje a gente está apresentando uma pesquisa, depois de 41 anos de ativismo, de academia, a gente está no órgão principal da educação do país. É uma honra muito grande” (Toni Reis).

A pesquisa foi realizada em conformidade com o marco normativo brasileiro, com destaque para a Lei 13.185/2015, sancionada pela então presidente Dilma Rousseff, a Lei 14.811/2024, sancionada pelo presidente Lula, e a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5.668 do Supremo Tribunal Federal (STF), que reconhece a necessidade de ações concretas contra o bullying nos estabelecimentos educacionais. Assim, na pesquisa o bullying é caracterizado como “intimidação sistemática por meio de violência física ou simbólica, com atos de humilhação ou discriminação”.

Foto 2: Toni Reis apresentando os resultados da pesquisa.



A iniciativa teve abrangência nacional, com respondentes das 27 unidades da federação. O público-alvo foi composto por estudantes da educação básica com 16 anos ou mais, tanto do ensino regular quanto da educação de jovens e adultos (EJA), especificamente jovens da comunidade LGBTI+. O total de respondentes foi de 1.349, sendo 1.170 considerados na amostra final.

Em termos regionais, os respondentes se distribuíram da seguinte forma: 10% do

Centro-Oeste, 24% do Nordeste, 7% do Norte, 40% do Sudeste e 20% do Sul, sendo bem representativos em nível nacional quando comparamos os dados ao Censo de 2022, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Quanto à cor/raça, 53% dos participantes se identificaram como brancos, 34% pardos, 8% pretos, 2% amarelos, 1% indígenas e 2% preferiram não responder. A maioria é oriunda de instituições públicas (73%), sendo os demais de instituições privadas (27%).

Sobre o sexo designado ao nascimento, 64% dos participantes se identificaram como cisgêneros, 22% como transgêneros, 1% intersexo, 4% outros e 8% disseram não ter certeza. Na identidade de gênero, os dados indicaram: 39% de mulheres cis, 30% homens cis, 10% homens trans, 4% mulheres trans, 11% pessoas não binárias e 6% outras identidades. Sobre esse ponto, houve uma observação relevante:

“Aqui eu quero fazer uma observação que, onde se leem pessoas, mulheres trans e travestis, a questão da palavra travesti. Travesti é uma identidade latino-americana, feminina de importância histórica e política, especialmente no contexto brasileiro. No entanto, entre jovens entrevistadas, observa-se uma maior incidência da auto-identificação com mulher trans, transfeminina, não binária e outra denominação dentro desse espectro. Ou seja, a palavra travesti é uma palavra mais de resistência, é uma palavra mais histórica” (Toni Reis).

Em relação à orientação sexual, 34% dos participantes se identificaram como bissexuais, 25% gays, 21% lésbicas, 12% pansexuais, 3% assexuais, 2% heterossexuais, 1% não sabem ou estão se descobrindo e 2% assinalaram “outros”.

Foto 3: Representantes de instituições governamentais e não governamentais que acompanharam o evento de lançamento, dispostos no lado esquerdo da mesa principal.



Além dessa caracterização do público da pesquisa, indicando mudanças geracionais na percepção da sexualidade, os resultados da pesquisa revelaram um cenário preocupante: 86% dos estudantes LGBTI+ se sentem inseguros na escola, porcentagem que chega a 93% entre pessoas trans. A pesquisa mostrou que 90% de estudantes LGBTI+ sofreram agressões verbais em 2024, enquanto 34% foram vítimas de violência física.

Quanto à identificação dos agressores: “97% são colegas, mas 34% são os próprios docentes e educadores”, alertou Toni. A ineficácia das ações escolares ficou evidente nos números: 69% dos que buscaram ajuda na escola relataram que “nada foi feito”, e 86% consideraram as medidas “pouco ou nada eficazes”.

Foto 4: Representantes de instituições governamentais e não governamentais que acompanharam o evento de lançamento, dispostos no lado direito da mesa principal.



Em relação à evasão escolar, Toni Reis destacou que 47% dos estudantes LGBTI+ relataram que faltaram à escola no mês anterior à pesquisa, sendo esse número ainda mais alarmante entre pessoas trans, chegando a 58%. Esse dado reflete diretamente a insegurança enfrentada no ambiente escolar, o que, segundo ele, é uma preocupação global para qualquer governo. Além disso, 2% das pessoas cis consideraram abandonar a escola, enquanto entre pessoas trans esse índice salta para 58%. Quando se considera também o fator racial, esse percentual atinge 48% entre estudantes negros.

A saúde mental também foi apontada como um problema grave: 94% dos estudantes LGBTI+ se sentiram deprimidos no último mês. Toni Reis alertou que esse cenário torna muito difícil o processo de ensino-aprendizagem, já que tanto estudantes

quanto professores podem estar emocionalmente fragilizados. Assim, se faz necessário discutir o tema com psicólogos e representantes de entidades, como acontecerá no I Congresso Nacional sobre Saúde Mental LGBTI+ em Curitiba, mencionado como realização da Aliança Nacional LGBTI+, previsto para outubro de 2025.

Nas considerações finais, Toni destacou novamente que educadores e educadoras figuram como o segundo grupo mais citado entre os agressores de estudantes LGBTI+, com 34% das menções. Esse dado evidencia a urgência da capacitação contínua de profissionais da educação sobre formas de violência, respeito e convivência democrática, assim como a sua inserção no currículo escolar. Toni observou que “não é através do cancelamento, não é através da lacração que a gente vai educar as pessoas”, defendendo ações de sensibilização que empoderem crianças e jovens a se posicionarem diante de violências cotidianas, inclusive aquelas mascaradas de piadas.

A necessidade de monitoramento por parte do Ministério da Educação, das Secretarias Municipais e Estaduais de Educação também foi enfatizada. Toni propôs o mapeamento das denúncias, a classificação dos tipos de violência por região e condição socioeconômica, e a avaliação da efetividade das políticas públicas.

Por fim, para apoiar a comunidade escolar na promoção da diversidade e no enfrentamento da violência, a Aliança Nacional LGBTI+ desenvolve iniciativas como a Enciclopédia LGBTI+, composta por 26 manuais temáticos, e a Central de Atendimento LGBTI+, que conta com profissionais de psicologia, serviço social e advocacia. Toni Reis também destacou o lançamento do curso auto-instrucional “Gestão Escolar para a Diversidade e Inclusão”, previsto para o final de julho, realizado em parceria com o Instituto Unibanco e voltado à formação de profissionais da educação.

Alcimar Queiroz complementou a apresentação de Toni Reis enfatizando a naturalização da LGBTIfobia: “A violência não é episódica, ela é instrumental e institucional”, e chamou atenção para a urgência de ações em saúde mental, lembrando que “94% dos estudantes LGBTI+ relataram episódios de depressão no último mês”. Em sua fala, Alcimar destacou que a pesquisa apresentada atualiza dados fundamentais e aponta caminhos concretos para políticas públicas. Com base em seu trabalho no grupo de pesquisa Divergência da UFGD, ele sublinhou que o bullying, a evasão escolar, o adoecimento psíquico e o desamparo das vítimas estão todos interligados em um cenário de violências sistemáticas, institucionalizadas e invisibilizadas. Reforçou que a escola, ao deixar de ser espaço de reconhecimento, torna-se cúmplice da exclusão e do sofrimento,

principalmente quando os próprios educadores figuram entre os principais agressores, o que exige, segundo ele, uma revisão urgente na formação docente e o fortalecimento de protocolos de denúncia, acolhimento e responsabilização.

Foto 5: Alcimar Queiroz realizando seus comentários sobre os resultados da pesquisa.



Jaqueline Gomes de Jesus, professora do Instituto Federal do Rio de Janeiro e ativista trans negra, trouxe uma perspectiva visceral ao debate. Com voz emocionada, relatou: “Eu sofria bullying todos os dias no Jesus Maria José, em Taguatinga. Me deixavam nua na escola, e as freiras, coordenadoras e professoras não faziam nada porque eu era uma ‘criança transviada’”. Sua fala destacou a interseccionalidade das violências: “Antes do suicídio ou do assassinato, há todo um processo de discriminação que as instituições reproduzem. Não foi a escola que me salvou, foi a comunidade, a leitura, os espaços alternativos de formação”. Criticou a burocracia que obstrui pesquisas sobre diversidade: “Quando apresentei a pesquisa SMILE Brasil sobre saúde mental LGBTI+, o comitê de ética demorou mais que em qualquer outro país. Tive que acionar o Conselho Consultivo da pesquisa”. Jaqueline encerrou com um poema de resistência: “Dancemos engenhosos e aprendamos a voar para respirarmos submersos em águas superabundantes, axé!”.

Josafá Moreira da Cunha, professor da Universidade Federal do Paraná, fez uma analogia impactante: “hoje é o Dia Nacional em Memória do Holocausto. Quando vemos fotos do gueto de Varsóvia, com poloneses passando indiferentes, nos perguntamos: como permitimos que nossas escolas se tornem esses guetos de sofrimento?”. Criticou a legislação brasileira que trata o bullying como ato individual: “definir bullying como comportamento desviante é como culpar apenas o guarda do campo de concentração,

ignorando todo o sistema que o sustentava”. Propôs mudanças estruturais: “precisamos de currículos que ensinem empatia e direitos humanos, não apenas campanhas pontuais contra o bullying”.

Foto 6: Jaqueline Gomes de Jesus realizando seus comentários sobre os resultados da pesquisa.



Foto 7: Josafá Moreira realizando seus comentários sobre os resultados da pesquisa.



Os participantes da mesa concordaram sobre a urgência de ações concretas. O evento deixou claro que enfrentar o bullying exige mais que discursos, demanda transformações profundas no sistema educacional e o engajamento de toda a sociedade.

Mesa 2: Políticas Públicas para o Enfrentamento do Bullying nas Instituições de Ensino Brasileiro (2024)

A segunda mesa, realizada das 11h às 12h30, teve como tema principal as políticas públicas para o enfrentamento do bullying nas instituições de ensino. Foi coordenada por Gabriel Santinelli, Coordenador Nacional da Área de Pesquisa e

Coordenador Adjunto da Área de Educação da Aliança Nacional LGBTI+. A sessão contou com as contribuições de Maraisa Bezerra Lessa, Coordenadora de Projetos na Coordenação-Geral de Políticas Educacionais em Direitos Humanos da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (SECADI) do Ministério da Educação (MEC); Mariana Braga, oficial de programas de educação da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO); e Christy Ganzert Gomes Pato, Secretário Executivo do Conselho Nacional de Educação (CNE), que apresentaram perspectivas complementares sobre o tema.

Foto 8: Integrantes da Mesa 2.



Maraisa Bezerra Lessa (SECADI/MEC) iniciou sua exposição destacando o trabalho da SECADI na promoção de direitos humanos: “Nós trabalhamos essa temática nas escolas a partir de uma perspectiva da educação em direitos humanos, que é um processo planejado de formação de sujeitos conscientes de seus direitos”. A coordenadora detalhou ações concretas realizadas desde 2023, incluindo parcerias com universidades para cursos de formação continuada. Entre elas, a parceria com a Universidade Federal de Uberlândia, que formou 5412 profissionais da educação em todas as Unidades da Federação em 2024 e a parceria com a Universidade Federal Fluminense para a criação do Observatório Nacional da Violência contra Educadores, em virtude das perseguições sistemáticas enfrentadas por muitos profissionais da educação ao trabalhar temáticas relacionadas à gênero e sexualidade na escola. Por isso, está em andamento um curso para 2000 profissionais da educação sobre educação democrática e enfrentamento à violência. Entre os desafios, Maraisa destacou: “o contexto político de

avanço do conservadorismo e a necessidade de respeitar a autonomia dos entes federativos, pois o MEC não pode obrigar os profissionais da educação dos sistemas de ensino a realizar as formações”.

Foto 9: Maraisa Lessa realizando suas considerações sobre a pesquisa da Aliança Nacional LGBTI+ e compartilhando os trabalhos desenvolvidos pela SECADI/MEC.



Foto 10: Mariana Braga realizando suas considerações sobre a pesquisa da Aliança Nacional LGBTI+ e compartilhando os trabalhos desenvolvidos pela UNESCO.



Mariana Braga (UNESCO) trouxe uma perspectiva global sobre o bullying homofóbico, citando pesquisas internacionais que corroboram os dados apresentados pela Aliança: “assim como no Brasil, países como Noruega e Colômbia enfrentam desafios semelhantes com evasão escolar e baixo rendimento decorrentes do bullying”. A oficial de programas criticou a banalização da violência nas escolas: “quando Hannah Arendt fala da banalização do mal, é exatamente isso que vemos quando agressões por

orientação sexual ou identidade de gênero são tratadas como ‘brincadeirinhas’”. Entre as recomendações da UNESCO, Mariana destacou: “precisamos de currículos que incluam educação em sexualidade desde a primeira infância, como faz o Reino Unido há décadas, e políticas específicas para estudantes trans, que são os mais vulneráveis à evasão”. Por fim, chamou atenção para o cyberbullying: “na pandemia, o mundo entrou no século XXI digital sem preparo. Precisamos ensinar cidadania digital com urgência”.

Christy Ganzert Gomes Pato (CNE) ofereceu uma reflexão crítica sobre os desafios institucionais, compartilhando sua experiência como professor da UFF: “nossas escolas se tornaram equipamentos de bem-estar social total, precisando suprir tudo que o Estado não provê - desde segurança alimentar até saúde mental”. O secretário-executivo relatou um caso dramático: “tive que levar um aluno em surto psicótico para atendimento à noite, algo que, em que pese nossa empatia e solidariedade para com nossos alunos, não pode e não deve ser responsabilidade profissional do professor”. Sobre políticas públicas, Christy analisou: “temos várias leis que demandam um olhar sistêmico do Poder Executivo, que vão desde o combate ao bullying até a lei de psicólogos nas escolas, exigindo programas articulados e integrados, para uma maior efetividade desconectadas. No MEC, tentamos criar um Sistema de Proteção de Trajetórias Escolares para integrar essas ações”. Anunciou que o CNE começará em breve a discussão sobre diretrizes para implementação da Lei 13.935/2019, que prevê psicólogos e assistentes sociais nas escolas: “essa normatização precisa dialogar com a proteção específica de grupos vulneráveis discutida hoje”.

Foto 11: Mariana Braga realizando suas considerações sobre a pesquisa da Aliança Nacional LGBTI+ e compartilhando os trabalhos desenvolvidos pela UNESCO.



As debatedoras concordaram sobre a necessidade de dados oficiais mais robustos. Mariana Braga frisou: “senti falta do INEP aqui. Precisamos de estatísticas oficiais sobre evasão por motivos de bullying para embasar políticas públicas”, enquanto Christy detalhou um projeto em desenvolvimento com a UFAL para criar indicadores psicométricos de vulnerabilidade escolar. Maraisa complementou: “Nosso Grupo de Trabalho de Enfrentamento ao Bullying, ao Preconceito e à Discriminação na Educação, identificou cinco eixos prioritários: diagnóstico, nome social, proteção a professores, espaços de escuta e formação continuada”.

A mesa evidenciou consensos sobre os principais desafios: a fragmentação das políticas existentes, a resistência conservadora e a necessidade de abordagens inter-relações cotidianas das nossas escolas”. As exposições reforçaram a urgência de ações coordenadas entre governo, academia e sociedade civil para transformar as escolas em ambientes verdadeiramente acolhedores para todos os estudantes.

Comentários

O momento destinado aos comentários, após a Mesa 2, foi marcado por falas profundamente significativas, que não apenas reforçaram a importância da pesquisa apresentada, mas também trouxeram relatos pessoais, dados complementares e urgentes demandas por políticas públicas. A mediação abriu espaço para intervenções de Cláudio Nascimento (Grupo Arco-Íris), Toninho (Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos - Espírito Santo), Jaqueline Gomes de Jesus (IFRJ), Elis (Mães pela Diversidade - Distrito Federal), Caio Callegari (MEC), Lucas Lopes (Conselho Regional de Psicologia - Minas Gerais) e Davi Ruivo (Conselho Regional de Psicologia - São Paulo), cada um contribuindo com perspectivas distintas e complementares.

Cláudio Nascimento iniciou suas considerações saudando a equipe técnica e destacando o caráter histórico da pesquisa, que surge após uma década de dificuldades em discutir a discriminação contra a população LGBTQIA+ nas escolas. Ele lembrou o episódio do chamado “kit gay”, uma narrativa falsa construída por setores conservadores, e enfatizou que os dados revelam uma realidade alarmante: “os dados apontados me deixaram muito impressionado [...] quando a gente for analisar a questão do cruzamento da interseccionalidade entre orientação sexual, identidade de gênero e cor da pele, vai

mostrar que na comunidade negra estudante LGBT vai sofrer um preconceito ainda mais grave”. Cláudio defendeu a implementação de políticas públicas em todas as esferas governamentais para garantir o direito à educação e reduzir as violações de direitos humanos.

Foto 12: Cerimonialista, Rafaelly Wiest, abrindo espaço para perguntas e comentários sobre as falas das duas mesas.



Foto 13: Cláudio Nascimento realizando seus comentários.



Em seguida, Toninho compartilhou experiências vividas no Espírito Santo, citando casos como o de Roliver de Jesus e Íris, jovens vítimas de violência extrema. Sua fala foi um misto de denúncia e cobrança por ações efetivas: “o maior programa de formação em gênero e diversidade foi o programa Escola Sem Homofobia, que virou o ‘kit gay’ e alimentou toda essa corja de fundamentalistas”. Ele ressaltou a necessidade de resgatar iniciativas como o Gênero e Diversidade na Escola e criticou a omissão do poder público, que muitas vezes negligencia casos de violência sob o pretexto de serem “brincadeiras de

criança”.

Foto 14: Toninho realizando seus comentários.



Jaqueline Gomes de Jesus trouxe uma análise baseada em dados de saúde mental, revelando números chocantes: “44% da população LGBTQIA+ pesquisada sofre de transtorno de estresse pós-traumático, e entre pessoas não binárias, 65% têm depressão profunda”. Ela destacou que o não reconhecimento das identidades não binárias agrava esse cenário e defendeu a criação de estruturas específicas no Ministério da Educação para tratar dessas questões: “não adianta ter psicólogo na escola se o trauma continua. Precisamos remover a causa do dano”.

Elis, integrante do Mães pela Diversidade, narrou a experiência de seu filho trans no ambiente escolar. Seu relato, marcado por dor e resistência, expôs as violências institucionais enfrentadas por crianças e adolescentes trans, mesmo quando têm apoio familiar. Elis começou destacando a contradição entre a presença de políticas públicas e a realidade cotidiana:

“Quando eu vi a apresentação que o Toni fez da pesquisa, fiquei profundamente triste, porque nada do que ele colocou aqui foi uma novidade para mim. [...] A escola é hoje um fator de maior estresse para os nossos filhos. E eu estou me referindo a filhos que têm apoio das suas famílias. Então, se você for levar isso para outras famílias que não apoiam e não assistem essas crianças, isso ainda é pior” (Elis).

Em seguida, descreveu a violência simbólica e física sofrida por seu filho, desde a recusa de professores em usar seu nome social até as consequências na saúde física e mental:

“Meu filho hoje tem dois desafios: não morrer e sobreviver à escola. Todos os dias ele não quer ir para a escola. [...] No primeiro dia de aula, no mural que falava as salas que os meninos estudariam, estava lá o nome morto dele. [...] Meu filho desenvolveu cistite porque não se sente confortável em usar o banheiro feminino e se sente ameaçado no banheiro masculino. [...] Ele passou a não tomar água para não precisar ir ao banheiro” (Elis).

Elis enfatizou a urgência de ações concretas, rejeitando a lentidão institucional e lembrando que vidas trans estão em risco imediato. Sua fala terminou com um apelo emocionado:

“O tempo da gente é hoje. Não existe ‘ai no meu tempo não era assim’. Se você está vivo hoje, o seu tempo é hoje. [...] Eu peço que a gente pense na urgência. O que de concreto a gente pode fazer hoje? Porque os nossos filhos estão em perigo” (Elis).

Seu depoimento revelou não apenas a crueldade do sistema educacional, mas também a resiliência de mães e jovens que lutam pelo direito básico de existir.

Foto 15: Toninho realizando seus comentários.



Caio Callegari, representando o Ministério da Educação, reconheceu a importância da pesquisa para embasar políticas públicas e destacou a necessidade de ações intersetoriais: “esses dados não são abstrações. São histórias reais que exigem respostas concretas”. Ele reforçou que a violência começa no ensino fundamental e não pode ser tratada apenas como um problema do ensino médio.

Lucas Lopes e Davi Ruivo, representantes dos CRPs, lembraram o papel dos profissionais da psicologia no acolhimento às subjetividades LGBTI+ e citaram a Lei 13.935/2019, que prevê a presença de psicólogos e assistentes sociais nas escolas. Davi

ênfatiou: “cobrem seus municípios para que essa lei seja implementada. Ela é uma ferramenta essencial”.

Foto 16: Caio Callegari realizando seus comentários.



Considerações Finais

O seminário evidenciou a urgência de ações estruturais para enfrentar o bullying nas instituições de ensino brasileiras, especialmente contra a população LGBTI+. A pesquisa apresentada por Toni Reis e os comentários dos especialistas demonstraram que a violência sistemática nas escolas não é um problema pontual, mas sim estrutural e institucional.

As iniciativas destacadas pelas entidades governamentais e pelos pesquisadores sinalizam um caminho para políticas públicas baseadas em evidências. A colaboração intersetorial, a produção de dados, a formação continuada de profissionais da educação e o fortalecimento das redes de apoio são fundamentais para transformar as escolas em espaços seguros, inclusivos e democráticos.

Como apontado por Jaqueline Gomes de Jesus: “nós não vamos ter sucesso no enfrentamento desse problema sem um trabalho intersectorial dentro do governo e fora”. O evento é um marco importante na luta pelo direito à educação plena, com dignidade e respeito às diversidades.

Agradecimentos

Gostaríamos de expressar nossa profunda gratidão ao Conselho Nacional de Educação, em especial ao presidente Cesar Callegari e ao Secretário Executivo Christy Ganzert, por abrirem as portas deste importante órgão à escuta qualificada e ao compromisso com dados e evidências científicas. Estar aqui hoje, apresentando uma pesquisa após décadas de ativismo e dedicação acadêmica, é não apenas simbólico, mas profundamente significativo. Obrigado por acolherem esta pauta com sensibilidade e responsabilidade, garantindo um espaço onde o debate sobre educação se faz com seriedade, respeito e compromisso social.

Estendemos nossos agradecimentos ao Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (SECADI), na figura da professora Zara Figueiredo e de toda sua equipe. Após anos de silenciamento, poder retomar o diálogo democrático com o MEC representa um novo fôlego. Foram necessárias muitas reuniões, escutas e articulações – e é justamente nesse processo de construção coletiva que se baseiam as políticas públicas consistentes. A SECADI tem sido, nesse sentido, uma parceira fundamental na construção de uma educação mais justa, diversa e segura para todas as pessoas.

Agradecemos também ao Instituto Unibanco, representado pelo presidente Ricardo Henriques, pela parceria sólida, sensível e estratégica. O Instituto tem se mostrado um aliado imprescindível na produção e disseminação de evidências que orientem políticas públicas sérias e transformadoras. A pesquisa aqui apresentada só foi possível graças a esse apoio e à colaboração com a equipe da Plano CDE. Essa aliança entre sociedade civil, poder público e setor privado é essencial para o avanço de uma educação de qualidade e livre de violências.

Por fim, reiteramos nosso compromisso com uma educação que seja, antes de tudo, um espaço de acolhimento, respeito e proteção. Seguimos juntos na construção de escolas seguras, livres de bullying e de todas as formas de discriminação. Que esse seja apenas mais um passo em direção a uma sociedade onde todas as crianças e adolescentes possam viver e aprender com dignidade.

Muito obrigado.